## CPMI - 8 de Janeiro 01260/2023



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023

## REQUERIMENTO N° DE 2023

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira – RIF, de ANTONIO GALVAN, portador do CPF 246.662.460-53, no período de 1º de janeiro de 2022 até a presente data.

Senhor Presidente,

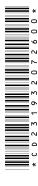
Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3°, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal a, ouvido o Plenário desta Comissão, a QUEBRA DE SIGILO para encaminhamento do Relatório de Inteligência Financeira pelo COAF de ANTONIO GALVAN portador do CPF 246.662.460-53, no período de 1° de janeiro de 2022 até a presente data.

## **JUSTIFICATIVA**

As informações ora requeridas têm por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na medida em que faz parte do escopo delimitado no plano de trabalho a investigação de possíveis financiadores das atividades que culminaram com o 8 de janeiro.

Antonio Galvan, presidente do Instituto MatoGrossense do Agronegócio e da Associação Brasileira dos Produtores de Soja e apontado, por relatórios da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, como líder do Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA), que reúne produtores rurais supostamente engajados nos atos antidemocráticos.





É fundamental que a CPMI siga o caminho do dinheiro, a fim de identificar os financiadores dos atos antidemocráticos. Por isso, a medida ora proposta é necessária para o bom andamento dos trabalhos desta CPMI. O Relatório de Inteligência Financeira – RIF elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf é um instrumento adequado para identificar movimentações atípicas da pessoa física em tela.

Caso o resultado das análises venha a indicar a existência de fundados indícios de algum ato ilícito, esta CPI poderá avançar na quebra dos sigilos bancários e fiscais da pessoa física investigada. É de conhecimento desta CPMI que o conteúdo do RIF é protegido por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei SF/23532.88500-62 2 Complementar 105, de 2001, não estando, portanto, sujeito às classificações da Lei 12.527, de 2011.

Esta CPMI, como órgão destinatário do RIF, será a responsável pela preservação do sigilo. A transferência de sigilos, nesta hipótese, constitui-se em mecanismo adequado e proporcional de busca da verdade no trabalho investigatório da CPMI, expressa manifestação da teoria dos poderes implícitos, concebida na Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em 1819, e que consiste no entendimento de que a Constituição, ao conceder uma função a determinado órgão ou instituição, também lhe confere, implicitamente, os meios necessários para a consecução desta atividade.

Lembramos que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é pacífica no sentido de admitir a transferência de sigilos para Comissões Parlamentares de Inquérito, desde que o requerimento atenda aos requisitos da motivação; da pertinência temática; da necessidade; e da limitação do período de investigação (ver nesse sentido, entre outros, os Mandados de Segurança (MS) nºs 25.812; 23.480; 23.619; 23.652; e 23.868).

O presente requerimento está fundamentado, individualizado, e com período determinado, em conformidade com o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, no art. 148, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, e na jurisprudência do STF relativa à matéria. Solicita-se, assim, o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.

Rubens Pereira Junior

Deputado PT/MA



